

“BRIOSOS FILHOS DO NORTE!”:

A representação dos escravizados e dos abolicionistas no periódico *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense* (1888)

Krishna Luchetti ¹

Artigo recebido em: 21/01/2021

Artigo aceito em: 30/03/2021

RESUMO: Esse artigo tem como fonte o primeiro volume do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* (1888) problematizando a forma como os escravizados eram representados por esse periódico abolicionista, assim como para destacar a autorrepresentação de seus membros, enquanto homens virtuosos. Dessa forma, será estudado o espaço do Rio Grande do Norte, por meio do periódico, da historiografia e das ações da elite enquanto escritores e disseminadores de um ideal civilizatório. Para tanto, serão mobilizados Achille Mbembe e Sidney Chalhoub, para pensar o lugar do negro enquanto escravizado. Assim como, Patrícia Hansen e Marion Segaud quanto à disseminação do periódico, em cotejo com Silvaney Santos. Na metodologia serão mobilizadas Tania R. de Luca e Márcia M. D’Alessio.

PALAVRAS-CHAVE: Escravizados; Século XIX ; Representação; Periódico; Elite.

“BRIOUS SUNS OF NORTH”:

The representation of the slave and the abolitionists in the periodic newsletter of the *North Rio-Grandense Libertating Society* (1888)

ABSTRACT: This article is based on the first volume of the *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* (1888), problematizing a way in which the enslaved were represented by this abolitionist periodical, as well as to highlight the self-representation of its members, as virtuous men. Thus, it will be studied in the space of Rio Grande do Norte, through the periodical, the historiography and the actions of the elite as writers and disseminators of an ideal civilization. To that end, Achille Mbembe and Sidney Chalhoub will be mobilized to think about the place of blacks as slaves. As well as Patrícia Hansen and Marion Segaud regarding the dissemination of the periodical, in comparison with Silvaney Santos. Regarding the methodology mobilized Tania R. de Luca and Márcia M. D’Alessio.

KEYWORDS: Enslaved; XIX century; Representation; Periodical; Elite.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História e Espaços, graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5013716777032159>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2821-1742>; E-mail: krisluchetti8@hotmail.com; Orientador: Magno Francisco de Jesus Santos; Participa do Grupo de Pesquisa Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços.

Introdução

O poder de alforriar concedido aos senhores de escravos potiguares lhes garantiam domínio sobre a vida de seus escravizados, assim os corpos e almas desses homens e mulheres estavam à mercê daqueles que os consideravam uma mera propriedade. Essa alforria, concedida como um presente, uma benesse, dada pelo senhor ao seu escravo, tornava os primeiros homens de grande virtude, exemplos a serem seguidos naquela sociedade.

Todavia, mesmo nos periódicos com a narrativa dedicada a alforria dessas pessoas escravizadas, o “[...] negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido.” (MBEMBE, 2018, p.42). Ou seja, nesse espaço do periódico ele é representado por seus próprios senhores e ex-senhores enquanto um dado sem rosto, não possui um lugar de fala próprio. Seus algozes além de deter o controle de seu corpo, também cerceiam suas palavras.

É tendo isso em mente que nesse artigo pretende-se mobilizar enquanto fonte o primeiro volume do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense*. Visto que o mesmo, traz justamente a ação desses senhores potiguares, homens brancos de posses, acerca de suas boas ações enquanto abolicionistas, exaltando a si mesmo e seus pares por meio do periódico. Assim como, invisibilizando os homens e mulheres pretas alforriadas no processo, que no máximo aparecem como dados.

O *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* foi publicado no dia 8 de janeiro de 1888, por meio da *Tipografia do Correio do Natal*. Dessa forma, nosso recorte temporal será o ano da publicação do primeiro volume aqui analisado, 1888. Enquanto o recorte espacial se refere ao estado do Rio Grande do Norte, visto que as ações referidas no *Boletim* ocorreram nesse território, tanto a capital do estado, Natal, como localidades do interior, como Estivas, Angicos, Macaíba e outros locais são diretamente mencionadas no periódico.

Segundo nosso documento, seus fundadores são os mesmos que fundaram a *Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense*, são eles: Dr. Pedro Velho (presidente da

associação), o Dr. Oliveira Santos (1º secretário), Major Antônio Pinheiro Camara (2º secretário) e o Capitão Urbano Barata (tesoureiro), vê-se então tanto membros da elite política, quanto militar na organização em questão. Como um todo, da época do primeiro volume, a sociedade possuía 54 sócios espalhados por todo o estado do Rio Grande do Norte.

E bem, tendo em vista que nosso objetivo aqui é problematizar a forma como as pessoas escravizadas eram representadas por esse tipo de periódico abolicionista. Como também para destacar a questão do prestígio dos honrosos abolicionistas potiguares ao se identificarem enquanto portadores dessas ações exemplares nesse espaço midiático. Iremos mobilizar enquanto fonte apenas o primeiro volume do *Boletim*, pois este por si só já é uma fonte muito profícua para responder às questões norteadoras deste trabalho.

Sendo assim, neste trabalho iremos analisar como os membros da *Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense*, criaram uma ode a si e aos seus pares enquanto homens honrados por meio dos artigos do primeiro volume do *Boletim*. Também frisando o apagamento dos negros alforriados em questão, que não tem voz em tal periódico, e aparecem muitas vezes apenas como seres passivos ou dados para exaltar as benesses perpetuadas por esses “briosos filhos do norte”.

Dessa forma, neste artigo, primeiramente serão analisadas as formas como os membros da *Sociedade Libertadora* explanavam suas honrarias e virtudes por meio do periódico, enquanto silenciavam os negros. Afinal, “várias tarefas desempenhadas por esses intelectuais subordinavam-se, não raro, às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais e que igualmente detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política.” (PINSKY, 2014, p.124). Ou seja, ao tentar moldar a si como baluartes da civilização potiguar, esses homens elite, por meio do periódico, reafirmavam seu poder político e ideológico.

E de como esse tipo de ideia foi perpetuada pela historiografia potiguar no início do século XX, nas chamadas obras clássicas de História do Rio Grande do Norte. Para tanto serão mobilizadas a obra *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra. Assim como, *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo, em cotejo com *História do Rio Grande do Norte* de Câmara Cascudo.

Já em um segundo momento, será feito um estudo comparativo das ações dos abolicionistas da corte e os nossos abolicionistas potiguares, ressaltando as características em comum desses dois grupos. No terceiro e último ponto, vai ser analisada a criação desse ideal de homem abolicionista, como aquele que concede a liberdade ao outro, assim como reforçada a situação de silenciamento do negro. Para pôr fim, concluímos este trabalho.

No que concerne a bibliografia acerca dos processos de alforria dos escravizados, será feito amplo uso do trabalho de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*. Assim como consultas às obras clássicas já mencionadas do estado do Rio Grande do Norte, e o livro *Na Senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*, de Robert Slenes.

E no que concerne ao contexto potiguar e a relação com nosso documento, irei usar a monografia de Silvanei Silva dos Santos, *Sociedade Libertadora Norte-riograndense e o fim da escravidão no Rio Grande do Norte*. Já no que concerne a esse espaço midiático disposto pelo *Boletim* e sua disseminação enquanto periódico serão articulados os conceitos de Patrícia Hansen, *Brasil um país novo*, e Marion Segaud, *Designar o espaço*.

No que diz respeito a metodologia referente ao uso de periódicos como documento histórico, serão trabalhados o capítulo de Tania Regina de Luca, na obra *Fontes Históricas* organizada por Carla Pinsky, assim como outro capítulo da mesma autora na obra *O historiador e seu tempo*. Desse último livro, também será mobilizado um capítulo de Márcia Mansor D'Alessio.

Denominações e honrarias para uns, apagamento e silêncio para outros

Ao batizar este artigo de “briosos filhos do norte” se faz uso, justamente, da própria denominação que estes homens da *Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* se autointitulavam, considerando-se homens honrados, corajosos e dignos, verdadeiros doadores de benesses. O protagonismo de nossos virtuosos abolicionistas pode ser claramente identificado logo nas primeiras páginas do primeiro volume do *Boletim*, como é visto na citação a seguir

Povo Rio-Grandense - briosos filhos do norte! Não vêdes como da consciencia de cada cidadão se ergue uma chamma ardente e fulgida, que se vai reunir na alma collectiva do povo soberano, formando um vasto e grandioso incendio de patriostimo? Não vêdes como se desmorona, esphacelado e podre, o colosso do escravismo, que a consciencia publica não pode mais encarar sem pejo e sem horror? Não vêdes como o paiz inteiro se pronuncia pela morte de uma instituição, que cava entre a nossa querida patria e o resto do mundo culto um valle profundissimo de trevas e de lagrimas, que só as flores viventes da liberdade poderão encher e occultar aos olhos do futuro? Não vêdes como esperamos tremulos e envergonhados os severos juizos da historia, quando ella ensinar aos povos do porvir que nesta terra a escravidão fez penetrar tão fundo as suas envenenadas raizes, que cem annos depois da revolução franceza ainda os homens se dividião em escravos e senhores? (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4)

Nesse trecho é possível ter uma amostra considerável das diversas denominações e honrarias a que se atribuem os “briosos filhos do norte”! Assim como são exaltadas algumas das mais importantes virtudes deles, como sua consciência cidadã, patriotismo, liberdade e afins.

Entretanto, enquanto exaltavam as suas qualidades enquanto homens civilizados e virtuosos, nossos abolicionistas norte-rio-grandenses, ao se referir aos escravos alforriados neste processo, os descreviam basicamente como seres passivos. Homens e mulheres escravizados foram vistos como sem iniciativa alguma, praticamente sem participação nenhuma no processo, além, é claro, do ato de receberem suas liberdades das mãos de seus ex-proprietários.

Assim, vê-se que se leva em conta tão-somente a ação do senhor, que de forma honorável lhes fornece sua liberdade, por pura bondade. Ou como colocado pelo periódico diversas vezes por humanidade, consciência pública e patriotismo. É notável o quanto o periódico funciona com um forte

caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. (PINSKY, 2014, p.133)

Sendo assim, a partir dos pontos elencados, é possível questionar o significado destas boas ações expostas pelo periódico analisado, e refletir acerca do silenciamento dos sujeitos históricos recém-libertos presentes neste documento. No *Boletim* vemos diversas odes ao nobre espírito desses “briosos filhos do norte”, assim como sua inocência diante da escravização do outro, como na passagem que se segue

A ideia do dever e as imposições cathegoricas da moral civilizada não podem achar-vos surdos a um applo, em que se pedem duas libertações: - a dos captivos, que soffrem sem crime o maior do males, e a dos senhores que praticão inconscientemente a maior das injustiças! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4)

Outro aparato para esse tipo de mentalidade, ou seja, do apagamento dos sujeitos escravizados e exaltação dos virtuosos abolicionistas, foi a clássica historiografia norte-rio-grandense, sobretudo no que diz respeito aos três grandes precursores da mesma, Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo.

Os três autores em suas respectivas obras não se aprofundaram na questão da escravidão no Rio Grande do Norte. Cascudo chegou ao ponto de minimizá-la tanto, que pode levar o seu leitor a pensar que tal instituição praticamente era inexistente no estado, com apenas raras exceções.

No caso dos outros dois autores, há alguma menção a escravidão, porém ambos não chegam a se debruçar ou discutir sobre o assunto propriamente dito, no máximo são realizadas algumas citações ao tema. À título de exemplo, tem-se, na

obra de Rocha Pombo, referência aos escravos quando pretende discorrer acerca da vida cotidiana local e da própria província do Rio Grande. Ao colocar que na família patriarcal,

A sua autoridade no lar [aqui refere-se a figura paterna] quase que se podia dizer absoluta e suprema. A ordem interna da casa, no entanto, ficava inteiramente entregue à esposa. Esta dirigia os serviços da casa, e tinha sob suas ordens tanto os filhos como os escravos e agregados. (POMBO, 1922, p.212).

Além disso, Pombo traz informações acerca dos escravizados, muito brevemente por meio de dados estatísticos, quando aponta que “Segundo a defectiva estatística baseada em informações dos parochos, a população da província orçava por 80.530 almas, inclusive 10.189 escravos (...)” (POMBO, 1922, p.338).

Esse mesmo autor só volta a tratar da escravidão no estado com o advento das leis de libertação, alegando que “Basta ver que a lei áurea encontrou apenas no Rio Grande do Norte uns 300 e poucos escravos [...]” (POMBO, 1922, p.397). Ou seja, reforçando a ideia de que era uma pequena população de escravizados que habitava o Rio Grande.

Esse silêncio acerca da escravidão nas obras clássicas do estado pode ser significativo, uma vez que reforça a ideia de que eram poucos os escravos na província, assim como sua presença não se fazia significante para a população em geral. É também de suma importância levar em consideração o contexto daqueles que escreveram essas obras, assim como os que escreveram o *Boletim*, se tratava de homens brancos, pertencentes a grupos da elite política e econômica.

No entanto, apesar de anos de apagamento, atualmente sabe-se que houve um número considerável de escravos no Rio Grande do Norte. Essas mudanças historiográficas ocorreram graças às novas pesquisas que vêm sendo realizadas nos últimos anos, tendo como principais fontes, processos criminais, censos, registros de freguesias e afins. São numerosos os trabalhos realizados acerca de tal temática,

desde clássicos como os de Muyrakitan, até trabalhos mais recentes produzidos pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRN, disponíveis no repositório de teses e dissertações da própria instituição.

Tendo isso em mente, e levando em conta o documento analisado, é possível perceber alguns pontos principais, dentre eles a noção de que havia escravos no Rio Grande do Norte, e que muitos deles foram alforriados ao final do século XIX, em períodos bem aproximados da Lei Áurea. Acrescente-se a isso o fato de que essas populações foram praticamente excluídas da memória intelectual potiguar, sendo só recentemente redescobertas por pesquisas acadêmicas.

Tendo em vista essa questão do silenciamento nos clássicos da historiografia potiguar, e das mudanças que nos últimos trinta anos vem se perpetuando nesse campo, para extinguir o silenciamento em torno dos povos escravizados, esse artigo busca enriquecer ainda mais essa discussão. Para tanto, iremos usar como fonte primária o primeiro volume do *Boletim da Libertadora Norte-Rio-Grandense*, que consistia em uma publicação quinzenal proveniente da *Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense* e na qual eram relatadas as ações do grupo para libertação dos escravos da terra. Grupo este composto por homens brancos e abastados potiguares.

A fonte trabalhada neste artigo, trata-se de um *boletim* de tiragem quinzenal (2º e 4º domingos de cada mês), com sua publicação alternada entre as reuniões da sociedade civil intitulada *Libertadora*. Como se faz ver no documento, a *Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense* era constituída por membros da elite local, representantes das esferas eclesiástica, militar e civil, cujas sessões ocorriam em Santa Cruz, contando no seu ato inaugural com 54 membros.

Ou seja, membros que pertenciam à elite local do Rio Grande do Norte, os chamados homens bons, representantes das virtudes sociais e religiosas. “Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas.” (PINSKY, 2014, p.139). Portanto, é levado em conta o fator desse

periódico ter sido publicado no seio da elite potiguar. Neste artigo, é preciso levar em consideração a estrutura da fonte. Afinal,

o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, os objetivos propostos, o público a que se destinava e as relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. (FERREIRA, BEZERRA, DE LUCA, p.118, 2008).

Sendo assim, vê-se que nosso periódico não teve uma longa duração, afinal, o mesmo já foi fundado às vésperas do fim oficial da escravidão no Império Brasileiro. Dessa forma sua primeira edição foi lançada no dia 08 de janeiro de 1888, e findou sua atividade já em 20 de maio do mesmo ano.

No que concerne à estrutura, tem-se edições curtas, de em média oito páginas, com um sumário que indicava os diversos tópicos presentes no texto, como o quadro de honra, as atas das sessões e a propaganda abolicionista. Essas seções também traziam indicações do espaço que se referiam, seja em relação ao meio estadual ou dos municípios, cidades, vilas etc. (SANTOS, 2016, p.30).

A ideia básica defendida pela *Sociedade Libertadora* era extinguir totalmente o trabalho escravo na província do Rio Grande do Norte mediante ações de convencimento dos senhores de escravos através de reuniões periódicas, debates nos lugarejos e publicação dos resultados alcançados. Para tanto, discursos como o que já apresentamos anteriormente, reforçam essa ideia abolicionista para a virtuosa elite potiguar. Ampliando seus ideais, inclusive, para o plano nacional, como podemos ver no trecho a seguir

A abolição do captivo no Brasil não é somente uma aspiração, é uma necessidade, uma exigência do espírito público. Hoje o escravo não é mais uma propriedade porque não tem valor: não constitui fortuna de ninguém, porque ninguém pode reduzi-lo a dinheiro. Também não representa entre nós uma raça inferior ou selvagem, que não tenha aptidões para viver em liberdade, sem perigo para si e para a tranquilidade social: nada o diferencia do físico ou do moral dos

trabalhadores livres. Além disso, ele vai compreendendo que é útil, que é necessário, e quem quer que tenha a consciência dessa força não se pode mais submeter à condição de besta de carga, explorado em o estímulo moralizador e legítimo do lucro. (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4)

Esse tipo de literatura produzida por esses membros da elite evidenciavam todo um projeto sociocultural de educação, nesse caso principalmente voltado aos seus próprios pares, a fim de incentivá-los a abandonar as práticas da escravização. Essa pedagogia moral acabava “[...] procurando impor um padrão de hábitos e comportamentos aos quais os indivíduos deveriam se condicionar, e que sintetizam um ideal de homem [...]” (HANSEN, 2007, p.11).

Ou seja, nesse espaço da elite potiguar, tanto no que diz respeito ao midiático, produzido pelo *Boletim*, quanto à própria socialização entre os membros dessa elite, vê-se uma clara tentativa de disseminar um ideal de homem civilizado no estado. O documento comprova esse tipo de pensamento, essa ideia de se pôr como um parâmetro da moral e civilidade em oposição a crueldade e barbaridade daqueles que não concordassem com os ideais abolicionistas, com passagens como:

Ainda quando houvesse homens com o senso moral tão pervertido, com os instintos naturais de creatura racional tão entorpecidos pela asphyxia das senxalas; tão apodrecidos na apathia de uma indiferença bestial que não sentissem mais animo de aspirar à liberdade, o dever de todos nós seria arrancar-os a esse torpôr, e abrir-lhes os olhos da consciência á luz brilhante do primeiro dos ideias humanos, que é ser livre! Que vê um seo semelhante na ebejecção de um tal estado, e não lhe dá a mão para erguel-o, é um egoista cruel e criminoso! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.4).

Assim, é naturalmente possível perceber o quanto a questão da moral é importante para os nossos virtuosos abolicionistas potiguares. Essa ideia de ação generosa nos atos de alforria encontra-se também nas divulgações de momentos festivos e de solenidades ocorridas nas comunidades da província. A exemplo das matérias intituladas *Macahyba Livre*

O dia 6 de Janeiro deve ficar em caracteres inapagabeis gravado n’alma de todos os Macahybenses, que de futuro poderão dizer: “ainda havia muitos milhares de escravos no Brazil, e nós já eramos livres.” Aos

sentimentos generosos de toda a população e especialmente aos donados e heroicos esforços do Club Abolicionista Padre Dantas se deve esses esplêndido resultado: A MACAHYBA É LIVRE! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.6).

Do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro

Essa vangloria das ações das sociedades libertadoras não se limitou ao Rio Grande do Norte, Sidney Chalhoub a destaca também no estado do Rio de Janeiro, à época, corte do Império do Brasil. Um icônico personagem histórico evidenciado por Chalhoub é Perdigão Malheiro, avido abolicionista, ou ao menos assim esse sujeito se autodenominava. Tal qual os virtuosos potiguares, Perdigão exaltava sua própria posição enquanto abolicionista, Chalhoub aponta que

[...] numa nota de rodapé em *A escravidão no Brasil*, Perdigão narra com emoção a decisão, tomada por ele juntamente com a mulher, de alforriar todas as suas escravas “capazes de ter filhos”. Ele afirma ainda que também libertara um pardo “em razão dos bons serviços”, e arremata afirmando “Nossa alma sentiu um prazer inefável; a consciência mais satisfeita e pura. Foram nove concessões de alforria ao todo, e a intenção era dar um exemplo a ser seguido, como já ficara patente logo na introdução do volume: “Não me limitando a teoria e a desejos, no ano passado libertei gratuitamente todas as minhas escravas, e ainda alguns escravos”. (grifo do autor) (CHALHOUB, 2011, p.173).

Assim vemos que existiam conexões entre a postura de nossos abolicionistas potiguares com os abolicionistas da então capital brasileira, sobretudo no que concerne aos ideais de civilidade, boas ações e exemplos a serem seguidos. Esse tipo de texto acabava visando por “[...] educar a sensibilidade, inteligência e a vontade;” (HANSEN, 2007, p.173) desses homens da elite local, assim, dando ao espaço potiguar toda uma conotação de modernidade e civilidade, liderados pela égide e bom exemplo por estes “briosos filhos do norte”.

Vale lembrar que, apesar de a *Sociedade Libertadora* não ter sido a primeira no Rio Grande do Norte, ela apresentou novidades em sua articulação enquanto organização, como aponta Santos

A Sociedade Libertadora Norte-Rio Grandense não foi o primeiro grupo abolicionista existente no Rio Grande do Norte, mas parece ter sido o

primeiro a fazer uso de uma ferramenta que já vinha sendo bastante utilizada em outras províncias: o jornal. Na província, a campanha para o fim da escravidão foi iniciada em Mossoró, sendo abolida em março de 1883, contando com a influência do movimento e abolicionistas do Ceará, que se tornou a primeira província a extinguir o trabalho servil. O que representa que as ideias abolicionistas tornaram-se uma prática presente em alguns pontos isolados da província, nos quais não seriam mais necessárias a atuação de abolicionistas, como destacava o periódico. (SANTOS, 2016, p.34).

Ou seja, os membros dessa organização investiram em um meio de comunicação que poderia disseminar seus ideais, de forma mais abrangente, o jornal. Dessa forma, suas boas ações relativas à libertação dos escravizados não ficavam restritas a um pequeno grupo específico da elite potiguar. E pôde circular entre os letrados do estado, que apreçoaram ainda mais os méritos dos “briosos filhos do norte” nesse espaço, e difundiam esse ideal de civilidade de homem potiguar.

Para a elite, mostrar seus resultados enquanto abolicionistas era muito importante, não à toa levantamentos estatísticos também eram realizados no periódico estudado neste artigo. Assim se faz importante observar o levantamento estatístico de escravos da matéria intitulada *Libertações em Angicos* (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7). No qual se tem uma relação de nomes de proprietários de escravos com seus respectivos escravos alforriados, aqueles com o maior número de alforriados, eram exaltados por seus pares como homens de natureza benevolente.

Essa publicação quantitativa também aparece no documento, ao destacar que “Restam menos de 20 escravizados em Natal e certamente uma aspiração que tanto nos eleva e tanto nos honra na opinião nacional não encontrará estorvos” (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.8). Esse tipo de citação denota o quão importante era para esses ex-senhores de escravos mostrarem sua própria presteza no que dizia respeito às alforrias, elevando a si próprios como exemplos de civilidade a serem seguidos.

Enquanto os alforriados em questão apareciam como meros números, ou ainda como almas abnegadas que receberam a graça da liberdade pelas mãos de seus outrora algozes. Não aparecem os nomes dos negros na maior parte das seções, tampouco suas identidades nos textos principais de nosso documento.

Além disso, esses abolicionistas deixavam claro no próprio periódico, que muito do que os movia, para além das qualidades virtuosas, vinha da motivação de mudar o regime de escravidão para o de trabalhadores livres. Visto que o primeiro era visto como uma ação bárbara e ultrapassada. Dessa forma,

O modo como o grupo objetivou eliminar a escravidão do RN era pelo convencimento dos leitores do seu periódico, através de argumentos que indicassem que a manutenção da escravidão era um ato retrógrado, antieconômico, incivilizatório e contra a moral. Assim sendo, não há no periódico menção a qualquer tipo de reembolso em troca da liberdade de cativos, o que corrobora com o argumento que a abolição da escravidão atendia, economicamente, aos ensejos dos proprietários de escravo, acarretando tal retórica a ganhar um sentido específico. Reforçando seu argumento, lembrava que o ano de 1889 marcava o centenário da revolução francesa, símbolo de luta pela igualdade dos homens, sendo pesaroso ainda ter homens sem direitos, como ocorria com os escravos. (SANTOS, 2016, p. 39).

Não é por acaso que o filósofo Achille Mbembe, enfatiza “[...] ao fato de o negro ser este (ou aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender.” (MBEMBE, 2018, p.12). Ou seja, o negro, o escravizado, o alforriado, são sujeitos invisíveis, que servem ao propósito de denotar a virtude desses homens brancos que lhe concedem com toda sua “benevolência” a tão desejada liberdade.

Ou, pelo menos, é assim que os próprios ex-escravizadores se pintam nas páginas de seus periódicos, afinal, de novo é importante lembrar que esses homens estão construindo essa narrativa acerca de si próprios. Afinal, ao elevar-se de tal forma por meio do periódico vemos a importância das palavras, visto que “[...] as palavras qualificam o espaço.” (SEGAUD, 2016, p.104). Assim dizendo, falar é uma maneira de habitar, determinar funções e apregoar padrões, ao se destacarem

enquanto líderes heroicos e virtuosos por meio do espaço midiático, essa elite também buscava se consolidar no espaço territorial local, e até mesmo nacional.

A análise acima ratifica a tese do presente trabalho. Em nenhum momento, o periódico analisado dá voz ao sujeito escravizado. Ao contrário, tudo acontece de forma alheia a qualquer reação por parte deles. É como se os escravizados fossem seres desprovidos de vontade própria, seres que dependiam do cuidado, do direcionamento e da compaixão de seus proprietários, para que então livres pudessem finalmente conviver em sociedade.

Felizmente, apesar de anos de endosso da historiografia a tal discurso, como já foi dito nesse trabalho, nas últimas décadas tal cenário deu voz àqueles que por tanto tempo foram silenciados, a título de exemplo podemos pensar na trajetória acadêmica e militante da historiadora Maria Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, 1985, p.41-49). Que ao estudar os quilombos nas décadas de 1970-1980, deu voz aos protagonistas negros de nossa história, como Zumbi dos Palmares, e tantos outros que lutaram ativamente por sua liberdade.

Dentre vários autores que trilham essa nova visão da participação ativa do escravo na sua relação com o seu senhor, tais como João José Reis e Eduardo Silva, neste trabalho utilizaremos os ensinamentos do historiador Sidney Chalhoub, que em sua obra *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, vai totalmente de encontro a essa perspectiva passiva e alienante.

O autor, partindo de estudos de casos envolvendo conflitos entre senhores e escravos no Rio de Janeiro, demonstra a participação ativa dos sujeitos escravizados na luta, seja pela via da negociação ou por meio do conflito direto, por uma melhor situação na relação escravocrata, bem como por condições direcionadas a conquista efetiva de sua própria liberdade.

Sujeitos escravizados que realmente existiram ganham nomes, papéis principais em suas próprias histórias, seja a escravizada Helena, que lutou

arduamente pela liberdade dela e de suas filhas, concedidas por meio de testamento (CHALHOUB, 2011, p. 158). Ou da escravizada Francelina que recorreu na justiça aos maus tratos que sofria pela mão da senhora que possuía sua liberdade, e tantos outros mencionados nas páginas graciosas da obra (CHALHOUB, 2011, p.251-255).

Ocorriam também casos em que o escravo, através de um curador, ajuizava uma ação contra o seu proprietário. Esse tipo de caso é exemplar para o tema da alforria aqui tratado. Foi o relatado no processo em que uma africana chamada Rubina e sua filha Fortunata, na mesma obra. Ela alegou judicialmente que o seu antigo dono, antes de falecer, pediu à sua esposa que alforriasse a escrava em pagamento pelos serviços prestados à família, acordo esse que não foi cumprido pela viúva. O processo posteriormente foi favorável para o proprietário e Rubina com sua filha mantiveram-se escravas, no entanto, apesar deste desfecho é possível ver as duas lutando para mudar seus destinos.

Não são poucas as iniciativas escravas para alterar seus destinos, como nos mostra a obra de Chalhoub recheada de situações desse tipo, assim como para resistir ao sistema escravista. Na obra *Na Senzala, uma flor* de Robert Slenes, o autor levanta toda uma trajetória historiográfica acerca da escravidão. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, chegando a fazer uma crítica concisa a historiografia de ambos que por muito tempo praticamente representou os escravos como seres apáticos, e não como sujeitos de sua própria história.

Felizmente, como já foi denotado acima, este quadro vem se alterando, afinal como indicou o próprio autor "(...) as novas pesquisas "reabilitam", por assim dizer, a "luta de classes" sob o escravismo, praticamente inexistente na maioria das obras da Escola Paulista (...)" (SLENES, 2011, p.54).

Dessa forma, apesar de décadas de reforço a ideia do protagonismo branco, tanto pela documentação, quanto pela historiografia é possível notar uma mudança crescente de paradigmas no campo acadêmico, dando voz também à população negra. Vale lembrar, é claro, como também destacou Slenes, que tais mudanças são

decorrentes de vários fatores, sobretudo ligados aos movimentos sociais, em luta por seus direitos, além das próprias correntes acadêmicas em renovação.

A título de exemplo, podemos voltar a citar a historiadora negra, Beatriz Nascimento, que além de participar dessa virada acadêmica, também se fez presente ativamente nos movimentos de militância negra. Ela tecia diversas críticas ao meio acadêmico, que continuava perpetuando conceitos engessados e repletos de elementos racistas. A título de exemplo podemos ler em sua obra que “Falta ainda um esforço historiográfico de, ao estudar os quilombos brasileiros, defini-los segundo suas estruturas e sua dinâmica no tempo.” (NASCIMENTO, 1985, p.44)

É claro, nesse contexto, a iniciativa dos abolicionistas não passa a ser excluída ou desqualificada, pelo contrário, ela é contextualizada. Afinal, o ato de alforriar possuía significados específicos também para aquele que o concedia ao cativo. Como denota Chalhoub "(...) o ato de alforriar para Perdígão ainda era um ato solene, que envolvia questões delicadas de consciência; mais do que isso, era uma atitude repleta de simbolismo, a dramatização de toda visão de mundo." (CHALHOUB, 2011, p.178).

Tal cenário, apesar de descrever o caso de um abolicionista da corte, apresenta diversas semelhanças com os discursos encontrados no documento estudado, do qual constantemente são denotadas as virtudes daqueles que concedem tal alforria.

Levando em conta, também o período em que o *Boletim* foi publicado, e em que as solenidades foram realizadas, é possível perceber uma questão ligada ao *status* desses homens bons norte-rio-grandenses. "Afinal, era chiquérrimo assumir fumaças abolicionistas aqueles anos finais da escravidão." (CHALHOUB, 2011, p.213). Não à toa as principais famílias do estado, como, por exemplo, Albuquerque Maranhão, na figura do Dr. Pedro Velho, se fazem presentes em praticamente todos os eventos, ainda discursando sobre a honraria em que se consiste no ato de alforriar, reforçando suas figuras como grandes líderes e homens de virtude.

A criação de um homem ideal: aquele que concede liberdade

Um tipo ideal de homem é forjado por esse tipo de periódico do final do Império e posteriormente início do período republicano, assim, também a partir da análise de nosso objeto vemos que

Os autores procuravam configurar como normas as virtudes, hábitos e sentimentos que compunham um ideal de novo homem brasileiro, e, por meio desse; transformar a sociedade. [...] Além das ideias do “modelo por excelência do tipo humano” - que deve-se destacar, é “varonil” -, do “herói”, ou ainda, do “homem perfeito” [...]” (HANSEN, 2007, p.197-198).

Esses homens, por mais que considerassem suas próprias iniciativas nobres, não viam aqueles a quem concediam a alforria propriamente como lutadores do direito de liberdade, e sim, como recebedores de benesses de bons senhores, do presente doado por esses senhores. Dessa forma,

[...] toda a iniciativa, portanto, devia caber aos abolicionistas, aos iluminados ou esclarecidos que sabiam exatamente o que era melhor para os cativos, e que tinham mesmo o “mandato da raça negra. O raciocínio possuía ainda um certo charme poético: incapacitados e proibidos os negros de lutarem em causa própria, tudo passava a depender dos abolicionistas redentores, dos cavalheiros da liberdade. (CHALHOUB, 2011, p. 216).

Tal pensamento pode ser reforçado pelo próprio documento, como por exemplo, na passagem das *Libertações em Angicos*, na qual é escrito que “A corrente abolicionista, não há negar, inunda todos os espíritos, e no seu seio poderosos arrasta os últimos destroços da negra instituição, que vae fatalmente cedendo à picareta energica e irresistivel dos obreiros da civilização”(BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7). Ou seja, são esses cavalheiros esclarecidos, ao menos na visão deles mesmos, os únicos responsáveis pela destituição da escravidão. O escravo aparece como uma figura secundária, aquele que apenas recebe a benesse graças a bondade do senhor.

São diversos os trechos em nosso objeto que reforçam esse ideário, na seção *Libertações em Natal*, descreve-se que

O abolicionismo vai dominando do modo mais lisonjeiro e auspicioso o espírito do povo natalense. A província do Rio Grande do Norte não podia deixar de tomar a atitude que felizmente tem tomado, defendendo a sacrosanta ideia da emancipação dos captivos, essa ideia sympathica, generosa, nobilitadora e humanitaria. Essa capital que sente-se maravilhosamente impressionada diante do grandioso impulsionamento desses últimos tempos, e que tem sabido honrosa e altivamente compreender o papel que lhe é distribuído na marcha da civilização, amanhã poderá soltar às auras bemfazejas do porvir, cheia de glória, repleta de heroísmo - o grito ingente - LIBERDADE! (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7).

Essa questão de consciência e civilidade, também foi destacada por Sidney Chalhoub em seu estudo sobre a corte carioca, ele aponta que no final do século XIX, “A escravidão se tornava agora um problema de consciência, e havia um sentimento de culpa relativamente generalizado na sociedade.” (CHALHOUB, 2011, p.255).

Tal sentimento de culpa e heroísmo se repetem diversas e numerosas vezes em nosso periódico, afinal, para os virtuosos abolicionistas potiguares a escravidão simbolizava selvageria, incivilidade, e sendo membros ilustres da elite local, esses homens não podiam se dar ao luxo de serem associados a tais ideias depreciativas.

Portanto, quando os briosos filhos do norte, colocavam seus nomes no periódico em questão, e pontuavam o número de escravos que haviam libertado, eles reverenciavam as próprias características de nobreza e boa conduta de sua classe. Novamente, vê-se a importância que o espaço escrito tem na reafirmação desses homens em sua própria sociedade, afinal

Podemos formular a hipótese de que, numa sociedade determinada, as formas do habitat e sua localização informam sobre o *status* social dos habitantes. Assim, o espaço diz algo sobre a sociedade, o grupo ou o indivíduo que o ocupa, indica um estado das relações sociais, “comunica” desde que conheçamos o código para poder ler o que ele nos diz. (SEGAUD, 2016, p.106).

Assim, quando analisamos essas autorrepresentações dos abolicionistas, e a representação que eles fazem do escravizados e alforriados, temos de levar em conta que esses homens enquanto observadores da própria sociedade julgam-na a partir de

seu lugar de origem, suas próprias referências. Ou seja, essa construção da própria personalidade, do papel heroico por meio do periódico se dá justamente como uma forma de auto consolidação no espaço potiguar enquanto ícones civilizatórios, membros heroicos dessa elite que tanto se orgulham de cuidar do povo local.

Vemos então, uma mudança lenta e contínua no pensamento dessas elites, que antes escravizavam o outro e ostentavam suas posses, como sinal de poder. Mas, no fim do século XIX, passa a ver essa prática como uma mácula no seu ideal de civilidade. Assim

O trabalho escravo, que por mais de três séculos sustentou a economia do Brasil, agora descrito como a causa maior do atraso e o empecilho na direção do progresso da nação, nos argumentos abolicionistas da Libertadora questionou-se a permanência deste. Assim a escravidão passou a ser percebida não pelo mal infligido aos negros, mas pelos fatores negativos que causava à sociedade. O Manifesto Abolicionista do grupo potiguar também segue esta lógica de discurso, no qual sua base parece estar guiada mais por questões de ordem econômicas, em que o trabalho livre é considerado mais interessante, do que por questões sociais. (SANTOS, 2016, p.40).

Portanto, ao olharmos para essa sociedade potiguar do final do século XIX, e sobretudo para essa elite que tanto se exalta, vamos os nomes desses benfeitores serem destacados em nossa fonte de forma clara e modelar, mostrando seu brio, sua ética, enquanto libertadores da mácula da escravidão.

Graças aos sentimentos verdadeiramente altruístas do povo natalense, este grandioso desideratum, que symbolizará o baptismo purificador e santo de nossa completa regeneração, hade grander as mais honrozias, significativa e louváveis adhesões. No numero destas adhesões temos a satisfação de mencionar aqui com maior effusão de contentamento os seguintes nomes de distintos cavalheiros e senhoras que acabam de conceder liberdade plena aos unicos escravizados que possuiam: Professor Joaquim Ildefonso Emericiano e as Exms. Sras. D. Maria d'Alcantara d'Oliveira Sucupira, D.Eulina Guilherme de Souza Caldas, D. Josefa Maria Cavalcante e D. Joseta Lourenço Bezerra Cavalcante Rocha, mãe do nosso talentosos e ilustrado comproviciano, Dr. Thomé Maria Cavalcante, em nome de cuja saudosissima memoria recebeo a escravizada Alexandrina em sua liberdade. Tambem odecebendo a um espontaneo e generoso impulso de sua alma, o Dr. Jeronymo Americo

Rapozo da Camara concedeu carta de alforria ao seu ultimo escravizado. É mais uma conquista da ideia, que, como todos, nos merece um brado de louvor. (BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIO-GRANDENSE, 1888, p.7).

Nessa longa passagem vemos elementos bastante interessantes de nossa fonte, em primeiro lugar a presença de diversas mulheres sendo mencionadas como benfeitoras, para além dos diversos homens já mencionados ao longo de todo o *Boletim*. Dessa forma, podemos verificar que nesse espaço a presença feminina, por mais que comumente fosse apagada ou vinculada a condição de esposas e mães, ganham destaque justamente baseadas na ação de caridade cristã, que concede a benesse da liberdade aqueles a quem as próprias possuíam outrora.

Outro ponto muito importante no trecho é finalmente a presença do nome de uma escravizada, nada se indica sobre a escravizada Alexandrina, mas ao menos essa mulher teve seu nome registrado no periódico. Diferente de tantos outros alforriados que quando muito são representados por um número, dessa forma, vemos a lógica racista ser perpetuada neste periódico de cunho liberacionista. Quanto a esse tipo de mentalidade branca, o filósofo Mbembe explica que

A fantasia do branco age, desse ponto de vista, como uma constelação de objetos de desejo e de marcadores públicos de privilégio. Esses objetos e marcadores afetam tanto o corpo quanto a imagem, a linguagem e a riqueza. Aliás, sabe-se que toda fantasia sempre busca se instituir no real enquanto verdade social efetiva. (MBEMBE, 2018, p. 90-91).

Dessa forma, se faz notável a perpetuação de comportamentos racistas por parte dos briosos filhos do norte, esses homens e mulheres da elite potiguar que se esforçam em reforçar sua própria identidade enquanto virtuosos libertadores de escravizados.

Os próprios, ao sublimar seus nomes, e outrora serem ainda proprietários de corpos e almas de outros sujeitos, permanecem inseridos em uma sociedade que a cultura racista é majoritária. Não à toa, ao analisarmos esse espaço norte-rio-grandense por meio do periódico, consiste em um ato que “[...] ler o espaço permite

uma construção, uma interpretação da sociedade, a descrição de um verdadeiro estado social.” (SEGAUD, 2016, p.106).

Portanto, a partir desse estudo sobre as representações dos abolicionistas e dos escravizados e alforriados, por meio do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-riograndense*, foi possível perceber em parte a complexidade e os jogos de poder que compunham tal espaço social.

Considerações finais

Vimos o quão exaltados por si mesmos eram nossos briosos filhos do norte no periódico, denotando seu heroísmo e suas virtudes, desde o patriotismo e o sentimento de civilidade, até as virtudes cristãs de caridade para com o próximo. Enquanto aos escravizados e alforriados, cabia o silenciamento, o esquecimento, esses apareciam como sujeitos passivos, dispostos a receber a benevolência de seus ex-proprietários. Quando muito, tiveram seus nomes expostos no periódico, mas que em sua maioria, eram representados apenas como números, dados que atestavam a benevolência do alforriador branco.

Essas representações por meio do periódico também denotam a estrutura dessa sociedade, em que as elites locais sobressaem a si mesmas com o papel de protagonistas da história, sujeitos dominantes do espaço político e social do Rio Grande do Norte. Esses homens se retratam como heróis, reforçando a própria posição no meio social em que vivem, como lideranças.

Ao passo que o *outro*, o sujeito escravizado, não passa de uma peça nos jogos de poder desses poderosos para reforçarem suas próprias narrativas enquanto heróis. Como nos disse Mbembe, os sujeitos negros são construídos, apagados, e reforçados sobre a fantasia do homem branco.

Sendo assim, viu-se que as pessoas escravizadas e alforriadas eram representadas no *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* como um mero

dato que favorece a construção da identidade de benfeitores de seus membros, homens da elite branca potiguar.

FONTE

Boletim da Sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense. Natal-RN: Tipografia do correio do Natal, 1888, n. 1. Publicação quinzenal.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Editora Val: Natal, 1965.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERREIRA, Antonio Celso. BEZERRA, Holien Gonçalves. DE LUCA, Tania Regina (Orgs.) O historiador e seu tempo: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo:** literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. São Paulo, 2007.

LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** EDFURN, Natal, 2008.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiaspora**, Ano 3, nº 6 e 7, p.41-49, 1985.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3.ed, São Paulo: Contexto, 2014.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

SANTOS, Silvanei da Silva. **Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense e o fim da escravidão no Rio Grande do Norte.** Brasília, 2016.

SEGAUD, Marion. Designar o espaço. In: **Antropologia do Espaço:** habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: SESC, 2016, p.104-125.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX.** 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.